

O tema do STF de número 727 trata sobre a Definição da legitimidade passiva ad causam e portanto da competência para julgar o mandado de injunção impetrado por servidores públicos municipais estaduais e distritais em que se pretende a declaração de mora legislativa para edição da lei complementar relativa à disciplina da aposentadoria especial de servidor público a que alude o art 40 da Constituição federal

O tema do STF de número 727 afirma que Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mandado de injunção referente à omissão quanto à edição da lei complementar prevista no art 67 da Constituição de